



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PESSOA IDOSA.**

Projeto de Resolução nº 07/2025

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 45, INCISO IX, E 69-B DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI/RJ, PARA MODERNIZAR A NOMENCLATURA E AS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO.

**Relator:** José Otávio Ferreira de Abreu

**(Legislação, Justiça e Redação Final)**

**Relator:** João Gomes Figueira Camacho

**(Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Pessoa Idosa)**



## PARECER JURÍDICO

### I. O PROJETO DE LEI:

O **Projeto de Resolução nº 07/2025**, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirai, tem por finalidade alterar a redação dos artigos 45, inciso IX, e 69-B do Regimento Interno da Câmara Municipal, a fim de modernizar a nomenclatura e atualizar as competências da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso.

A proposição substitui a antiga denominação “Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais e do Idoso” pela atual “Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso”, adequando-se à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

### II. Dos Aspectos Formais e de Mérito:

Sob o ponto de vista formal, o projeto está corretamente apresentado, em conformidade com as normas regimentais e com o processo legislativo previsto na Lei Orgânica Municipal. Trata-se de matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, por versar sobre a organização e funcionamento de seu Regimento Interno, nos termos do princípio da autonomia do Poder Legislativo.

No aspecto de mérito, a proposta mostra-se relevante e socialmente oportuna, pois alinha o Regimento Interno às disposições da legislação federal vigente, especialmente à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com



Deficiência, que consagra o uso do termo “pessoa com deficiência” em substituição à expressão “pessoas com necessidades especiais”, hoje em desuso no ordenamento jurídico.

A atualização também fortalece o papel institucional da Comissão, ampliando sua atuação na defesa da dignidade humana, inclusão e acessibilidade, em harmonia com os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, que assegura a proteção integral à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

Desse modo, o projeto contribui para modernizar o Regimento Interno e reforçar o compromisso desta Casa Legislativa com os direitos humanos, a igualdade e a cidadania.

### III- Da Conclusão:

Diante de tudo que foi exposto, o Projeto de Resolução Nº 07/2025, é perfeito quanto aos aspectos legais, regimentais, formais e de mérito, atendendo o interesse público e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**José Otávio Ferreira de Abreu**

**RELATOR**



Câmara Municipal de Pirai

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 944

Rubrica  - Fls 10

  
**Roberto Horta Jardim Salles**  
PRESIDENTE

  
**Wagner da Cunha Fortunato**  
MEMBRO

**COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA**

  
**João Gomes Figueira Camacho**  
RELATOR

  
**Evandro Soriano da Silva**  
PRESIDENTE

  
**José Otávio Ferreira de Abreu**  
MEMBRO